

Jéssica Ribeiro Spadêto
Dilza Côco
Priscila de Souza Chisté Leite



7 Série Educação na Cidade e Humanidades

Muros que educam:
Identidade de gênero e
graffiti na cidade de Vitória
ES

Muros que educam

identidade de gênero e graffiti na cidade de Vitória

Jéssica Ribeiro Spadêto
Dilza Côco
Priscila de Souza Chisté Leite

1ª Edição

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

S732m Spadêto, Jéssica Ribeiro.

Muros que educam [recurso eletrônico] : identidade de gênero e *graffiti* na cidade de Vitória / Jéssica Ribeiro Spadêto, Dilza Côco, Priscila de Souza Chisté Leite. – 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

50 p. : il. ; 30 cm. (Série educação na cidade e humanidades; 7)

ISBN: 978-65-86361-46-9 (*E-book*)

1. Educação -- Estudo e ensino. 2. Violência contra as mulheres.
3. Identidade de gênero na educação. 4. Grafitos -- Vitória (ES). 5. Arte de rua -- Vitória (ES). 6. Humanidades. I. Leite, Priscila de Souza Chisté. II. Côco, Dilza. III. Instituto Federal do Espírito Santo. IV. Título.

CDD 21 – 370

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES - 656

Material didático público para livre reprodução.
Material bibliográfico eletrônico.



PPGEH – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades

Av. Vitória, 1729 – Jucutuquara - Vitória-Espírito Santo – CEP 29040-780

Comitê Científico do Material Educativo:

Prof. Dr. Leonardo Bis dos Santos

Prof.^a Dr.^a Sandra Soares Della Fonte

Prof.^a Dr.^a Érika Sabino de Macêdo

Produção e Divulgação:

Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades (PPGEH)

Ifes Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória

Copyright © 2019 by Instituto Federal do Espírito Santo

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto No 1.824, de 20 de dezembro de 1907.

O conteúdo dos textos é de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

JADIR JOSÉ PELA
Reitor

ANDRÉ ROMERO DA SILVA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

RENATO TANNURE ROTTA DE ALMEIDA
Pró-Reitor de Extensão

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS
Pró-Reitora de Ensino

LEZI JOSÉ FERREIRA
Pró-Reitor de Administração

LUCIANO TOLEDO
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

IFES – CAMPUS VITÓRIA

HUDSON LUIZ COGO
Diretor Geral

MÁRCIO ALMEIDA CÓ
Diretor de Ensino

CHRISTIAN MARIANI LUCAS DOS SANTOS
Diretor de Extensão

ROSENI DA COSTA SILVA PRATTI
Diretora de Administração

MÁRCIA REGINA PEREIRA LIMA
Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação

LEONARDO BIS DOS SANTOS
Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades

DILZA CÔCO
Vice-coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades

AUTORAS

Jéssica Ribeiro Spadêto

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014) e mestrado em Ensino em Humanidades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Atua como docente da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano e na rede Estadual de Ensino do Espírito Santo. Tem experiência na área de História, com ênfase em práticas educativas de gênero e identidade, atuando principalmente nos seguimentos da educação básica e com implementação de políticas afirmativas no ensino fundamental II e médio.

Dilza Côco

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), com lotação no Campus Vitória e atuação na Área de Ciências Sociais e Humanas nos cursos de Licenciatura em Matemática, Letras Português, Especialização Proeja e nos Programas de Pós-Graduação em Educação, Ciências e Matemática (EDUCIMAT) e Ensino de Humanidades (PPGEH). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo/ UFES (2014); Mestre em Educação pela UFES (2006) e Licenciada em Pedagogia pela UFES (1997). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (GEPECH), o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica (Gepape - USP) e o Grupo de Pesquisas em Práticas Pedagógicas de Matemática (Grupem), vinculada em ambos na linha de pesquisa formação de professores.

Priscila de Souza Chisté Leite

Possui doutorado e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. É graduada em Educação Artística pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Letras pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Na Graduação, atua nas licenciaturas de Pedagogia e Química (Campus Vila Velha), no nível Stricto Sensu atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e no Mestrado Profissional em Letras (Profletras). É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica (Gepape - USP).

SUMÁRIO

Introdução.....	04
Capítulo I	
Mexeu com uma mexeu com todas! Os conceitos de violência e gênero com foco no feminino.....	05
Capítulo II	
Meu Corpo, Minhas Regras! Ações combativas contra a violência.....	11
Capítulo III	
Respeita as mina! A violência de gênero no Espírito Santo... ..	16
Capítulo IV	
Viva las pererecas! Graffiti de gênero na cidade de Vitória/ES.....	23
Capítulo V	
Lugar de Mulher é onde ela quiser! Machismo e exclusão do feminino nos coletivos de Graffiti do ES.....	32
Capítulo VI	
Muros e Reflexos! Roteiro pelos graffitis que combatem a violência contra mulher no Centro de Vitória/ES.....	37
Capítulo VII	
Lute Como uma Mulher! Aspectos conclusivos do material.....	46
Referências	48

APRESENTAÇÃO

Este material educativo integra uma pesquisa do Mestrado Profissional de Ensino em Humanidades, do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória, e faz parte das produções do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech). A investigação “Muros que educam: identidade de gênero e graffiti na cidade de Vitória/ES” foi desenvolvida entre 2017 a 2019 e vincula-se à linha de pesquisa Formação de Professores.

Nosso objetivo geral foi compreender como as discussões sobre identidade de gênero feminino, em especial a violência contra mulher, podem ser mediadas a partir dos grafittis presentes nos muros da Grande Vitória/ES com vistas a elaboração de material educativo a ser aplicado e avaliado em uma ação de formação de professores da educação básica. Nesse sentido, consideramos que o objetivo do texto ora apresentado é compartilhar os estudos desenvolvidos e estimular discussões sobre a violência de gênero a partir das vozes que ecoam dos grafittis presentes nos espaços da cidade de Vitória/ES.

O texto está sistematizado em sete capítulos: 1) Mexeu com uma mexeu com todas! Os conceitos de violência e gênero com foco no feminino, 2) Meu Corpo, Minhas Regras! Ações combativas contra a violência; 3) Respeita as mina! A violência de gênero no Espírito Santo, 4) Viva las pererecas! Graffiti de gênero na cidade de Vitória/ES; 5) Lugar de Mulher é onde ela quiser! Machismo e exclusão do feminino nos coletivos de Graffiti do ES; 6) Muros e Reflexos! Roteiro pelos grafittis que combatem a violência contra mulher no Centro de Vitória/ES. Os títulos escolhidos são tags espalhadas pela cidade de Vitória que representam as demandas e reivindicações das artistas acerca da representatividade feminina e do combate à violência de gênero; 7) Lute Como uma Mulher! Aspectos conclusivos do material.

Destinamos este material educativo a todas as pessoas interessadas neste assunto, sobretudo as professoras e os professores que atuam na educação básica e que desejam discutir o tema violência contra as mulheres em suas classes.

INTRODUÇÃO

Consideramos que escola é um espaço conhecimento capaz mediar discussões sobre a temática de gênero. Para tanto, é necessário que os professores e demais educadores que atuam no espaço escolar se apropriem de fundamentação teórico-metodológica que subsidie discussões críticas sobre este tema, de modo a desconstruir e problematizar preconceitos, favorecendo uma discussão ampla acerca da naturalização das inúmeras formas de violência que se constituem através da negação das diferenças de gênero no espaço da cidade e do cotidiano social. Inferimos que vários grafittis presentes na cidade de Vitória podem mediar essas discussões, em especial os que foram produzidos por mulheres artistas.

As propostas textuais, sugestões de atividades e dados de pesquisa contidos neste livro, buscam contribuir de alguma forma para a formação docente. Nosso foco não é a produção de um manual, mas sim de um material que, com a mediação do professor, possa contribuir para problematização da violência de gênero e, em alguma medida, colaborar com a transformação da realidade hedionda, em que muitas mulheres estão submetidas.

CAPÍTULO I

Mexeu com uma mexeu com todas! Os conceitos de gênero e violência com foco no feminino

Bem que eu te avisei
Vou mandar a real Sabe a
minha identidade Nada a
ver com genital

Pirigoza - Letra: **Linn da Quebrada**

A tag “Mexeu com uma mexeu com todas!” ganhou grande visibilidade nacional e tornou-se o grito de guerra de muitas mulheres que foram às ruas para clamar por justiça após o estupro coletivo de uma adolescente por 33 homens, na zona oeste do Rio de Janeiro, no ano de 2016. A mobilização em favor da vítima e contra sua criminalização ocorreu tanto nas ruas quanto na internet, transformando a tag que ilustra este título em uma bandeira em favor da sororidade (fraternidade) feminina, para muito além dos padrões binários.

O processo de criminalização da violência contra mulher constituiu-se por meio de um longo percurso histórico de militância feminina em defesa dos direitos das mulheres. No entanto, percebemos ainda hoje, que mesmo com a existência de uma lei punitiva específica para tratar dos casos de violência contra o feminino, mais e mais mulheres são vítimas de abusos e violações contra seu corpo e sua vida.

Para desconstruir uma definição sobre gênero, primeiramente devemos destacar que sexualidade, gênero e sexo são conceitos diferentes. Sendo sexo um conceito restrito à biologia humana e sua capacidade de reprodução. Sexualidade seria a condição determinada pela atratividade, ou seja, relaciona-se com quem você namora ou se relaciona. Já o gênero está ligado a identidade humana que é construída em contato com as relações sociais.

Existem vários motivos que poderíamos listar para tentar encontrar uma explicação para a violência sofrida pelas mulheres. Nossa história está cheia de casos, exemplos e evidências da brutalidade com qual as mulheres são tratadas em nossa sociedade. Mas, ainda assim, permanece a questão: por que o corpo feminino é tratado com tanto desrespeito a ponto de ser massacrado, abusado, mercadorizado e desovado em covas rasas todos os dias no Brasil?

Essa questão possui muitas respostas e ainda assim, nenhuma satisfatória o suficiente para dar conta de explicar a gênese do problema. Mas, se não podemos responder de maneira exata à questão inata à violência de gênero naturalizada pela prática social brasileira, podemos pelo menos definir o gênero e a violência contra o feminino.

Figura 1 - Graffiti Nay47, 2012.



Graffiti localizado no Terminal de São Torquato – Vila Velha – ES produzido Nay47, integrante do Coletivo DasMina e militante feminista. Suas produções são autorretratos não binários que buscam representar todas as mulheres, que assim como a artista sofrem violência por não se enquadrarem no padrão socialmente aceito para a idealização ocidental de comportamento feminino. Eles conclamam a participação das mulheres nas discussões e nas ações sobre o tema.

Foto: Acervo da autora, 2018

O gênero é determinado socialmente a partir do espaço de inserção dos sujeitos. Assim, o feminino enquanto categoria de gênero é construído socialmente e, portanto, submetido aos desígnios de uma classe dominante. Sobre a construção social dos gêneros Bourdieu (2003, p. 16) nos explica que existem “[...] semelhanças na diferença, tais oposições são suficiente pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, cada

uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre determinação pelas harmonias, conotações e correspondências”.

Assim, podemos definir gênero, como uma materialização das relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são “[...] o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais” (SANTANA; BENEVENTO, 2013, p. 02).

O papel do homem e da mulher são constituições culturais que sofrem alterações conforme o contexto social e o tempo histórico. Os papéis de gênero começam a ser construídos desde a gestação quando a família opta por cores como rosa para meninas e azul para meninos, ou mesmo na escolha dos nomes que são pensados a partir do sexo do bebê. Segundo Santana e Benevento (2013, p. 02),

[...] depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar.

Podemos, então, constatar que as relações de submissão, desvalorização, fragilidade e dominação do masculino sobre o feminino se constroem a partir do modo como as mulheres são ensinadas a existir dentro de um contexto social. Isso se agrava quando a mulher não nasce com uma identificação com seu sexo biológico.

A partir do gênero, podemos observar uma série de identidades que são muito distintas do binarismo sexual. São as chamadas identidades de gênero. Segundo Vianna (2015), hoje no Brasil o movimento LGBTTS já reconhece a existência de pelo menos 32 categorias identitárias de gênero distintas entre si que respeitam as particularidades dos indivíduos que as assumem. No entanto, neste livro

trabalharemos com duas categorias, que são as que compreendem especificamente o feminino: Mulheres Trans (transexuais e travestis) e as Mulheres Cis gênero (que se identificam com o sexo de nascimento).

A base das violências de gênero são as relações desiguais socialmente materializadas que concedem a um gênero (no caso o masculino) uma sensação de poder e autoridade sobre o gênero feminino. Segundo definição do Supremo Tribunal Federal, violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Figura 2 – Graffiti do Coletivo DasMina, 2012.



Foto: Acervo da Autora, 2018.

Graffiti localizado no terminal de São Torquato - Vila Velha – ES, assinado pelo Coletivo DasMina. As intervenções com frase e mensagens objetivas são um recurso muito usado pelos coletivos, visto que o objetivo é deixar uma mensagem de combate da maneira mais clara possível. As cores contribuem para o realçar chamam atenção para temática que este graffiti propõe.

Não existe apenas uma forma de violência contra mulher. Defini-las é um passo importante no combate a essa prática. Com base nos dados do Supremo Tribunal Federal, conceituamos algumas das mais recorrentes violências sofridas pelo feminino:

- **Violência física (visual):** qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher. É praticada com uso de força física do agressor, que machuca a vítima de várias maneiras ou ainda com o uso de armas, exemplos: bater, chutar, queimar, cortar e mutilar.
- **Violência psicológica (não-visual, mas muito extensa):** qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher, nesse tipo de violência é muito comum a mulher ser proibida de trabalhar, estudar, sair de casa, ou viajar, falar com amigos ou parentes.
- **Violência sexual (visual):** está baseada fundamentalmente na desigualdade entre homens e mulheres. É caracterizada como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; quando a mulher é obrigada a se prostituir, a fazer aborto, a usar anticoncepcionais contra a sua vontade ou quando a mesma sofre assédio sexual, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.
- **Violência patrimonial (visual-material):** qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos pertencentes à mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- **Violência moral (não-visual):** qualquer conduta que importe em calúnia, quando o agressor ou agressora afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu; difamação; quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ofende a dignidade da mulher. (Exemplos: dar opinião contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos). Esse tipo de violência pode ocorrer também pela internet¹.

Ainda existem as violências específicas sofridas por mulheres Lésbicas, Trans e Travestis. Seriam elas:

- **Estupro ‘corretivo’:** segundo a Organização dos Estados Americanos (OEA), muitas mulheres lésbicas ou identificadas desta forma foram vítimas de “estupro corretivo”, ou estupro para puni-las, com a intenção de “mudar” sua orientação sexual; sofreram espancamentos coletivos por causa de manifestação pública de afeto; ataques com ácidos; e entrega forçada a centros que se oferecem para “converter” sua orientação sexual.
- **Crime de Ódio:** culmina em espancamento, linchamento, estupro, tortura e morte de pessoas Trans e Travestis como forma de punição por serem julgadas como anomalias sociais. O agravante nesses casos é que o próprio nome identitário das mulheres transexuais as impedem de recorrer a justiça.

¹ Texto e definições podem ser encontrados no site: <http://www.tj.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contra-a-mulher> Acesso em 10/10/2017.

“Embora existam decisões judiciais favoráveis à aplicabilidade da Lei Maria da Penha para violências conjugais em casais formados por homens cisgêneros (que não são trans) e mulheres trans, faltam dados mais precisos quanto à realidade de violência sexual e doméstica vivida pelas trans brasileiras, dada principalmente a sua desproteção social. Não há informações oficiais de como os órgãos públicos brasileiros têm-se articulado para auxiliá-las, no que concerne: à possibilidade de serem atendidas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; à proteção pela Lei Maria da Penha; e ao respeito à sua identificação no trabalho e outros espaços” (Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga e mulher trans, doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília, onde atua como pesquisadora).

A violência de gênero é um problema endêmico na sociedade brasileira e, em especial, em nosso estado. As noções de patriarcalismo e opressão ainda sustentam muitas relações de dominação e dependência do feminino em relação ao masculino que acabam definindo o papel que a mulher ocupa na sociedade que “justificam” as violências sofridas no curso de sua vida. No entanto, a mulher hoje possui condições de se colocar como dirigente de sua própria vida, dona de seu corpo, mas para isso primeiro ela precisa tomar consciência que um homem não é fundamental para definir sua existência enquanto mulher.

Triste, Louca Ou Má

Francisco, El Hombre

Triste louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só²

Você conseguiria dizer qual é a relação entre a música e os conceitos expostos até aqui? Como o conhecimento de conceitos e definições sobre a violência de gênero podem contribuir para a tomada de consciência dos grupos sociais? Será que a responsabilidade pelo fim da violência de gênero pode ser partilhada?

#Fica a dica

Que tal um debate com sobre esse assunto?

*Lembramos que muitas questões podem partir do grupo e que as problematizações aqui são apenas sugestões iniciais. A criatividade e as experiências os alunos são fundamentais para enriquecer a discussão.

² Letra da música disponível em: <https://www.letras.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/> . Acessada em 01/10/2017.

CAPÍTULO II

Meu Corpo, Minhas Regras!

Ações combativas contra a violência

Sereia

Linn da Quebrada & Liniker Barros

Sereia do asfalto
Rainha do luar
Entrega o seu corpo somente a quem possa carregar
E onde (h)á-mar
Transbordar
em água salgada lavar
E me levar
Livre, me love, me luta
Mas não se esqueça
Levante a cabeça
Aconteça o que aconteça
Aconteça
Continue a navegar
Continua a navegar
Continue a TRAVECAR
Continue a atravessar...

São muitas as dimensões da violência motivadas unicamente pelo fato das vítimas serem mulheres, o que evidencia o caráter social do problema e a profunda e latente necessidade do Estado e da sociedade civil atuarem para mudar esta realidade. O dossiê “Viver Sem Violência”, do Instituto Patrícia Galvão destaca que:

É necessário que as mulheres tenham noção de seus direitos. É preciso, em primeiro lugar, informá-las que têm direitos; em segundo, quais são e que elas podem exigir esses direitos; e, em terceiro, aonde ir para exigí-los. É preciso ainda promover a educação em direitos não só para as mulheres, mas para toda a população. Precisamos mostrar que nós, mulheres, não queremos acesso à Justiça porque somos vítimas, mas porque somos sujeitos de direitos.³

Para combater a violência, primeiro é necessário conhecer os recursos e órgãos de governo que são responsáveis pelo atendimento, segurança e preservação das vítimas e também as leis que protegem as mulheres em casos de violência de gênero.

Como forma de contribuir com essa discussão traremos, a seguir, um resumo realizado pela Agência Patrícia Galvão que apresenta alguns tipos de violências de gênero, as leis combativas e os espaços de acolhimento.

³ Excerto produzido por Sílvia Pimentel, professora de Filosofia do Direito da PUC/SP, integrante do Comitê CEDAW (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres) das Nações Unidas. O dossiê Violência contra as Mulheres está disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/acoes-direitos-e-servicos-para-enfrentar-a-violencia/>

ALGUNS DIREITOS E LEIS QUE RESPALDAM AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA		
Violência doméstica	Violência sexual	Violência digital/na internet
<p>A Lei Maria da Penha estabelece que toda mulher tem direito à proteção social e do Estado inclusive contra atos de violência sofridos no ambiente privado ou intrafamiliar.</p> <p>Nos casos de violência doméstica (física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual) a mulher tem direito a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) acolhida e escuta qualificada de todos os profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sem pré-julgamentos, respeitando seu tempo de decisão sobre os próximos passos a seguir e sem culpabilização; 2) medidas protetivas de urgência que podem consistir na proibição de aproximação do agressor entre outras ações preventivas; 3) habitação, emprego e renda. 	<p>A legislação brasileira estipula que qualquer ato sexual sem consentimento da mulher é estupro (Lei nº 12.015/2009).</p> <p>Tanto no caso de estupro conjugal como por desconhecido, a mulher tem direito a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimento psicossocial especializado (Lei nº 12.845/2013); 2) Profilaxia de gravidez e contra DSTs; 3) Coleta de material para realização do exame de HIV. 	<p>Por falta de um tipo penal específico, atualmente, os recursos da esfera criminal disponíveis para as mulheres que têm imagens íntimas divulgadas nas redes sociais sem sua autorização são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Lei de Contravenções Penais: art. 65 (perturbação da tranquilidade); 2) Código Penal: art. 40 (injúria); 3) Estatuto da Criança e do Adolescente (se a vítima tem menos de 18 anos de idade): art. 241-que trata da divulgação de vídeo, fotografia ou outro registro que contenha sexo explícito ou pornografia com criança ou adolescente. <p>Na esfera cível, cabe ação de indenização por danos morais e materiais, que pode ser proposta contra a pessoa que divulgou o conteúdo sem autorização e contra o provedor.</p> <p>Existem vários projetos tramitando no Congresso Nacional.</p>
VIOLÊNCIAS E CRIMES DE ÓDIO		
Racismo	Lesbofobia	
<p>A proteção à identidade, cultura e contra qualquer manifestação de violência decorrente de discriminação ou desigualdade étnica é reconhecida (Lei nº 10.778/2003 – Notificação compulsória no SUS). Entre outras leis protetivas.</p>	<p>Além de todos os direitos previstos na seção sobre violência doméstica, considera-se importante ressaltar que as mulheres lésbicas e trans vítimas de violência, também têm direito ao atendimento nas Casas da Mulher Brasileira.</p>	
Outras legislações		
<p>Há leis que podem ser aplicadas em casos de violência contra a mulher, sem a necessidade de retirar o processo da Vara de Violência Doméstica, podendo ser aplicadas junto com a Lei Maria da Penha, somando condições de proteção legal específica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), se a vítima é menor de 18 anos; 2) Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), se a vítima é maior de 60 anos; 3) Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). 		

Fonte: Agência Patrícia Galvão – sistematização da autora.

Ainda temos as responsabilidades específicas da Lei nº 11.340/2006 que determinam que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios têm responsabilidade compartilhada no cumprimento da lei. Para melhor apresentar a Lei Maria da Penha sistematizamos o quadro a seguir.

Principais setores públicos e da sociedade civil responsáveis pelo Cumprimento da Lei Maria da Penha⁴	
Órgão	Função Legal e social
Sistema de Segurança Pública	A segurança pública é função constitucional dos Estados, de forma coordenada com a Política Nacional de Segurança, estabelecida pelo Ministério da Justiça. Com a criação e a ampliação das Guardas Municipais, sobretudo a partir dos anos 1990, os municípios passaram também a se envolver de forma mais ativa nesse sistema. E todos têm responsabilidade na proteção às mulheres.
Prefeituras	As prefeituras têm papel central na instalação e articulação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, e boa parte dos serviços é municipal. Quanto às Guardas Municipais, a depender de legislação específica da cidade que regule suas funções, elas podem atuar no transporte de mulheres entre as instituições dos sistemas de Saúde, Justiça e Segurança, quando necessário. Também podem atuar na fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência.
Polícia	É função da autoridade policial, Militar ou Civil, garantir a proteção às mulheres em situação de violência, quando necessário. Cabe à Polícia Civil: a condução do inquérito; comunicar ao Ministério Público e ao Judiciário se há prisão em flagrante delito; encaminhar a vítima ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal; fornecer transporte à mulher e dependentes para casas abrigo; acompanhar a mulher para assegurar a retirada de seus pertences; informar à ofendida os direitos assegurados na Lei nº 11.340/2006. Nenhuma autoridade policial pode se negar a registrar o boletim de ocorrência (B.O.); identificar o agressor e intimá-lo a depor; nos casos de flagrante de agressão, efetuar a prisão imediata. O atendimento nas DEAMs deve seguir a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres.
Assistência Social e Saúde	Profissionais da rede de assistência social e saúde têm um papel fundamental no enfrentamento à violência contra as mulheres, pois são, geralmente, os primeiros a atender as vítimas deste crime. E como a sociedade ainda culpa muito a mulher vítima pela violência sofrida, a maioria delas tem vergonha de se expor e relatar o problema por iniciativa própria. O apoio no atendimento de saúde ou psicossocial, momento em que a mulher comumente está mais vulnerável ainda que não apresente lesões evidentes, é fundamental para pôr fim ao ciclo de violência.
Serviços de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres – Onde fazer a denúncia	A rede de atendimento à mulher vítima de violência pode ser acessada rapidamente pelo Ligue 180. O serviço de ligação gratuita atua desde 2005 como principal acesso à rede de enfrentamento à violência contra a mulher do país. Além do Ligue 180, casos de violações dos direitos humanos das mulheres também podem ser atendidos pelo Disque 100 ou Disque Denúncia.

Fonte: Agência Patrícia Galvão – sistematização da autora

⁴ Texto na íntegra: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/acoes-direitos-e-servicos-para-enfrentar-a-violencia/>

Na cidade de Vitória as denúncias podem ser feitas nas delegacias especializadas para atendimento às vítimas na:

- 1) Polícia Civil e o Plantão Especializado da Mulher. Endereço: Rua Hermes Curry Carneiro, 350. Tel: (27) 3323-4045
- 2) Delegacia da Mulher. Endereço: Rua Cândido Portinari. Tel: (27) 3137-9115
- 3) Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Vila Velha. Serviço de proteção à mulher. Endereço: Avenida Luciano das Neves, 430. Tel: (27) 3388-2481

Figura 3 – Mural do FEME



Foto: Acervo da Autora, 2018.

Esse *graffiti* foi feito utilizando o stencil ou máscara que pode ser definida como uma técnica usada para criação de frases, figuras abstratas ou figurativas através da aplicação de tinta em aerossol.

O texto verbo-visual impresso em tons de azul, relaciona à frase “Nenhuma a Menos” ao símbolo na luta das mulheres negras. É um grito colocado na cidade para que diferentes observadores sintam-se estimulados a discutir o assunto.

Revela também um posicionamento de um grupo de mulheres militantes nas causas de gênero.

#Sugestão de Atividade 1

Vamos fazer um júri simulado? Seria legal, a partir das sistematizações apresentadas neste capítulo, pesquisar com os alunos formas de realização de um júri simulado na escola. Seria uma maneira diferente de discutir a legislação de proteção às vítimas de violência. Estimule a imaginação, a autonomia e a criticidade dos alunos! Não defina modelos, mas construa com eles.

#Sugestão de Atividade 2

Produção de cartilha ou folder com informações sobre combate à violência de gênero para distribuição na comunidade escolar. A violência contra mulheres no Espírito Santo é um problema social grave que deve ser abordado nas escolas. Considerando a escola como um dos principais espaços para a problematização de preconceitos, violência e problemáticas sociais, é possível utilizá-la como mediadora de discussões de gênero e as múltiplas violências sofridas pelas mulheres do Estado. A naturalização do machismo é o elemento basilar para os altos índices de feminicídio no Espírito Santo, para as violências doméstica e sexuais que as mulheres capixabas sofrem diariamente. Portanto, cabe aos educadores, entre outros profissionais, ajudar a combater esta barbárie. Sendo a luta contra a violência de gênero nossa função social e legal (conforme texto da Lei Maria da Penha), abordar este assunto na escola, com vistas à desconstruir práticas históricas machistas e desiguais, pode contribuir para formação de uma sociedade justa e inclusiva.

CAPÍTULO III

Respeita as mina! A violência de gênero no Espírito Santo

Ela vai, ela vem
Meu corpo, minha lei
Tô por aí, mas não tô à toa
Respeita, respeita
Respeita as mina...
Respeita - **Ana Cañas**

Segundo o Atlas da Violência de 2017, só no ano de 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil. Estatisticamente, isso representa um índice 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Um dos motivos fulcrais da violência de gênero é a falta de respeito pelas identidades marginalizadas pelo sistema sociocultural vigente, pautado em história patriarcal de dominação do masculino sobre o feminino.

Entre os anos de 2005 e 2015 houve crescimento de 7,3% dos índices que medem os casos de violência contra mulheres. No ano de 2016, foi realizada uma pesquisa encomendada pela Datafolha intitulada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, solicitada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que por meio de dados recolhidos a nível nacional, constatou-se que cerca de 29% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência. Segundo esta pesquisa, apenas 11% dessas mulheres procuraram uma delegacia da mulher. A pesquisa também apontou que em 43% dos casos a agressão mais grave ocorreu no domicílio da vítima (CERQUEIRA et al., 2017).

No Espírito Santo, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado (Sesp), o número de atentados contra a vida das mulheres aumentou muito entre janeiro e julho 2017, sendo registrados 23 casos no período. Isso significa um aumento de 21% em

relação ao ano de 2016, quando 19 mulheres foram assassinadas. Em reportagem publicada no dia 25 de agosto de 2017, o secretário de estado André Garcia afirmou que esses crimes têm como principal característica o desprezo pela condição feminina. Portanto, enquanto não mudarmos o pensamento e tivermos a ideia que a diferença de gênero implica em supremacia do homem, essa realidade não será mudada⁵.

Um dos casos evidenciados pela reportagem ocorreu em outubro de 2016, quando Maynara Fernanda Teodoro Micaela, 21 anos, foi morta a facadas pelo namorado. O crime aconteceu no município de Cariacica. Um dos filhos da jovem, de apenas 3 anos, estava no colo da mãe no momento da morte. Segundo o Atlas da Violência publicado em 2017, o estado ocupa o quinto lugar no ranking nacional de violência contra a mulher. Os assassinatos de mulheres representam em média, cerca de 10% do número total de assassinatos notificados.

Números tão assustadores geram manifestações de grupos sociais no espaço urbano e, cada vez mais, os muros da cidade de Vitória são tomados por vozes que buscam despertar reflexão ou que representam críticas sobre o problema da violência.

⁵ Reportagem da Folha Vitória de 27 de agosto de 2017. Disponível em: <http://novo.folhavitória.com.br/policia/noticia/2017/08/violencia-contra-a-mulher-aumenta-no-es--23-mortes-em-7-meses> acessada em 22/10/17

Figura 4 – Graffiti de autor desconhecido, 2017



Foto: Michele Medina, 2017.

Graffiti Localizado no Centro de Vitória/ES, no Beco João Dutra.

A pergunta “Eu sou o que eu Visto?” questiona o leitor quanto ao papel cultural de uma vestimenta. Muitas são as discussões acerca desse assunto a ponto de, atualmente, estar em evidência um movimento realizados por designers de moda que visa a criação de coleções sem gênero, ultrapassando a ideia de que cada gênero tem que utilizar um tipo específico de roupa.

Essa tendência começou a surgir há quase um século, quando a estilista Coco Chanel observou uma inclinação das mulheres em usar as roupas desenhadas para os homens, por oferecer mais conforto e personalidade. Estilistas brasileiros como Alexandre Herchcovitch tem se dedicado a este tipo de produção lançando coleções sem gênero para adultos e crianças.

A partir do exposto nos indagamos: por que o Espírito Santo é um estado que abriga números tão altos de violência de gênero? Segundo a pesquisadora Maria Beatriz Nader, da Universidade Federal do Espírito Santo, uma das razões para os números assustadores de violência contra o feminino no estado teria suas bases na história capixaba. Para a pesquisadora, as bases patriarcais de organização das famílias imigrantes contribuem para perpetuar a violência e sustentar a submissão do feminino. A dependência econômica de algumas mulheres e a construção de discursos discriminatórios seriam outro agravante da condição do feminino e sua manutenção no ciclo da violência. A perpetuação da submissão e dominação de um gênero em detrimento de outro culminam no agravamento da violência e em seu ponto mais extremo na morte violenta de mulheres por motivo fútil.

Como romper com algo que já foi naturalizado na cultura histórica e instituído como prática social? Silva (2016), nos ajuda ao dizer que a compreensão histórica da violência e o desenvolvimento de atividades educativas combativas são fundamentais para a problematização crítica com vistas a conscientização coletiva sobre os abusos sofridos pelo feminino no Espírito Santo.

Para que se possa apreender a trajetória que conduziu a mulher ao círculo da violência doméstica, é preciso analisar na historiografia a construção social dos papéis estereotipados para o homem e para a mulher, papéis historicamente elaborados com bases no sistema

patriarcal defendido por correntes tradicionais e fundamentalistas, que tende a justificar o poder masculino por sua virilidade e força (SILVA, 2016, p. 01).

A construção do feminino na sociedade capixaba contribui para que muitos casos de violência permaneçam impunes ou escondidos, dada a complexidade das relações entre homens e mulheres. A violência instituída pela formação familiar, as bases históricas e os padrões de comportamento que são ensinados às crianças, definidos pelas condições biológicas que não dão conta da formação identitária que promova a emancipação do feminino no seio social, também corroboram o aumento da violência.

A fim de desmistificar o silenciamento sofrido pelas mulheres capixabas um grupo de artistas do graffiti se reuniu em um evento chamado festival Mulheres no Graffiti (FEME) para realizar uma intervenção em uma das paredes do Teatro Universitário na Universidade Federal do Espírito Santo. O objetivo do mural foi abordar, por meio da arte urbana, as diversas formas de violência sofridas por mulheres, não apenas no Estado do Espírito Santo, mas também na América Latina, já que muitas das artistas que participaram do evento também eram de fora do estado. A imagem a seguir é um Lambe-Lambe que denuncia o feminicídio em países Latino americanos, cuja a moral cristã e o patriarcado sustentam assassinatos e crimes sexuais contra mulheres de diversas classes sociais, apenas pelo único motivo de serem mulheres.

Figura 5 - Mural do FEME. Lambe-lambe de Amanda Todd. Teatro Universitário/UFES, 2016



O Lambe-lambe é um pôster artístico de tamanho variado a ser colado em espaços públicos. Ele pode ser um exemplar único produzido com tinta látex, spray ou guache. Também pode ser reproduzido por meio de fotocópia ou gravura em metal, serigrafia, xilogravura sobre papel.

Nesse Lambe-lambe, os olhos são parte representativa da imagem, pois enunciam a urgência de uma intervenção pela vida das mulheres. Podemos perceber também que os traços não são sexualizados e o corpo aparece com exageros, anunciando a intenção da artista de romper com a ultra sexualização do feminino na arte. A figura feminina composta por hachuras contrastantes, emoldurada por flores estilizadas dialoga com a placa que a personagem apresenta ao observador. O olhar meigo solicita que o leitor reconheça o pedido: “muero por sacar tu moral de mi vida” (estou morrendo de vontade de tirar a sua moral da minha vida).

Detalhes sobre a produção do mural podem ser vistos no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?>

O que os graffitis apresentados nas figuras 1, 2, 3 e 4 tem em comum? As questões apresentadas nesses textos visuais provocam alguma discussão? Qual?

As figuras 3 e 4 exibem graffitis que podem ser classificados como textos verbo-visuais. Você observa relações entre as imagens e os textos escritos contidos nessas produções artísticas? Em caso afirmativo, quais seriam essas relações? Analisar esses graffitis contribui para as discussões sobre a violência com as mulheres? Por quê?

Respeita As Mina

Kell Smith

Short, esmalte, saia, mini blusa
 Brinco, bota de camurça, e o batom? tá combinando!
 Uma deusa, louca, feiticeira, alma de guerreira
 Sabe que sabe e já chega sambando
 Calça o têniszin, se tiver afim, toda toda
 Swag, do hip hop ao reggae
 Não faço pra buscar aprovação alheia
 Se fosse pra te agradar a coisa tava feia
 Então mais atenção, com a sua opinião
 Quem entendeu levanta a mão

Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras
 Nosso direito de ser
 Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras nosso direito de ser

Sim respeito é bom
 bom flores também são mas não quando são dadas
 Só no dia 08 do 03
 Comemoração não é bem a questão
 Dá uma segurada e aprende
 Outra vez saio e gasto um din, sou feliz assim
 Me viro ganho menos e não perco um rolezin
 Cê fica em choque por saber
 Que eu não sou submissa
 E quando eu tenho voz cê grita: "ah lá a feminista! "
 Não aguenta pressão arruma confusão
 Para que tá feio irmão!

Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras nosso direito de ser

Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras nosso direito de ser

Não leva na maldade não
 Não lutamos por inversão
 Igualdade é o " x " da questão, então aumenta o som!
 Em nome das marias, quitérias, da penha silva
 Empoderadas, revolucionárias
 Ativistas, deixem nossas meninas serem super heroínas!
 Pra que nasça uma joana d'arc por dia!
 Como diria Frida: "eu não me kahlo! "
 Junto com o bonde saio pra luta e não me abalo
 O grito antes preso na garganta já não me consome
 É pra acabar com o machismo
 E não pra aniquilar os homens
 Quero andar sozinha porque a escolha é minha
 Sem ser desrespeitada e assediada a cada esquina
 Que possa soar bem, correr como uma menina
 Jogar como uma menina
 Dirigir como menina, ter a força de uma menina
 Se não for por mim, mude por sua mãe ou filha!

Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras nosso direito de ser
 Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras nosso direito de ser!⁶

Qual é o assunto da canção? O modo de vestir, se portar, falar muitas vezes são usados como argumento para justificar violências de gênero. Na sua opinião, a culpa da violência é da mulher?

Quais relações podem ser estabelecidas entre esta canção e o graffiti apresentado na figura 4? O que eles tem em comum?

#Sugestão de atividade 1

Que tal uma pesquisa sobre mulheres que marcaram a história do Espírito Santo e depois sistematizar isso de forma artística por meio de canções, murais ou curta metragem?

Lembramos que o modo de fazer varia de acordo com as condições objetivas de cada escola, turma e professor. Dentro de suas condições objetivas, pense em parceria com seus alunos como sistematizar essa discussão e disponibilizá-la para os demais alunos e funcionários da escola.

⁶ Letra da música disponível em: <https://www.vagalume.com.br/kell-smith/respeita-as-mina.html> acessada em: 22/10/2017.

#Sugestão de atividade 2

A artista Capixaba Cristiane Reis realizou uma exposição na Galeria de Arte e Pesquisa da UFES, no ano de 2017, intitulada “Objetos Deslocados”.

Figura 6 - Galeria de Artes da UFES



O intuito da exposição foi apresentar ao público discussões visuais sobre a violência contra mulher no estado do Espírito Santo. A mostra exibia objetos que não possuíam a função original de armas, mas que no contexto da violência foram deslocados de sua função original para serem transformados em armas destinados a agredir e matar mulheres.

A artista criou uma série de cartões-postais para compor sua obra e também como forma de sistematizar os casos de violência, materializando as denúncias de maneira a gerar reflexões no público de sua exposição.

Outras informações sobre a artista pode ser encontradas:

<https://cristianereis.weebly.com/os-trabalhos.html>

Foto: Disponível em www.cultura.ufes.br/galeria-de-arte.
Acesso em: 12/05/18.

Figura 7 – Display contendo cartões-postais

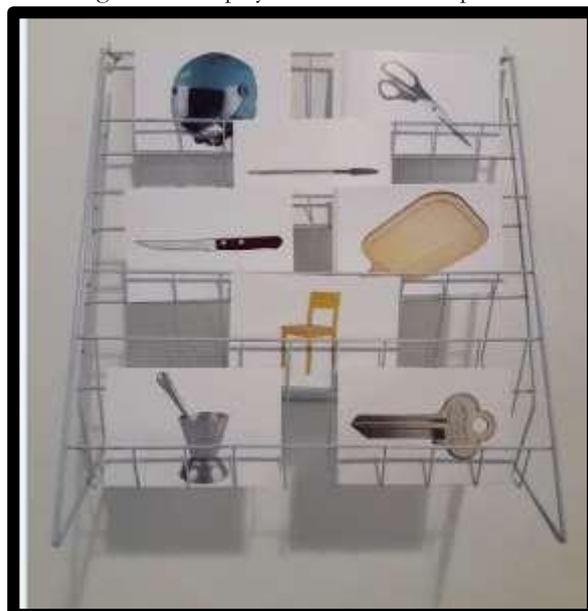


Foto: Michele Medina, 2017.

Os postais elaborados pela artista apresentavam a imagem do objeto utilizado para agredir a mulher e no verso continha o nome da artista, o título da exposição e a data. Além disso, no centro do cartão-postal em posição vertical, uma frase ajudava a entender a proposta da artista. “Uma caneta Bic e uma faca de cozinha foram os objetos que o ex-marido encontrou pela frente para perfurar os olhos de M. R. G. Em depoimento ela diz: ‘Eu cozinhava, agora é tudo escuridão’”.

Figuras 8 e 9 – Cartão-postal. Caneta BIC. Cristiane Reis, 2016



Foto: Michele Medina, 2017.

Sabemos que os cartões-postais são utilizados para comunicações rápidas entre as pessoas. Antigamente eles eram muito utilizados para dar notícias enquanto as pessoas viajavam. Qual a sua reação se recebesse pelo correio um cartão-postal como o da Figura 8?

Que tal, por meio de uma roda de conversa pedir aos alunos que relatem casos de violências contra mulher e, durante seu relato, que pode ser escrito ou oral, busquem refletir se algum objeto foi deslocado de sua função original e transformado em arma para agredir uma mulher.

E depois... o que você acha de, em parceria com eles, buscar uma maneira de sistematizar isso para divulgar os relatos para a escola? A sistematização ficaria a critério de suas condições objetivas e também a cargo das potencialidades de seus alunos.

CAPÍTULO IV

Viva las pererecas! Graffiti de gênero na cidade de Vitória/ES

Figura 10 - Imagem da intervenção no Morro do São Benedito, Vitória/ES. Projeto social Casa Benedita



Foto: Michele Medina, 2017.

A educação de gênero prevê uma desconstrução de padrões classificatórios que a maioria da sociedade não tem preparo para lidar, visto que a cultura do machismo e as relações de poder ligadas à biologia falocêntrica⁷ inibem e distorcem as produções de saber que ameacem a ordem social pré-definida. Assim, ao assumir para si um estigma social discriminatório, alguns grupos sociais empoderam-se de características transgressoras para se rebelar contra aqueles que oprimem. A tag “Viva las Pererecas” assume esse papel, usando o que no senso comum seria uma determinação vulgar e estereotipada do órgão sexual feminino. Ao abrir esse capítulo com a presente tag, intentamos apresentar o graffiti de gênero como uma ruptura de padrões classificatórios, que em si já são impregnados de violência contra o feminino.

Dessa maneira, a busca por novas leituras e diálogos entre a categoria docente torna-se extremamente necessária para criar uma nova relação entre, professores, alunos e sociedade sobre a

⁷ Falocentrismo é a postura, convicção, atitude ou comportamento baseados na ideia da superioridade masculina, na qual falo representa o valor significativo fundamental.

compreensão do gênero como temática cara à educação. Os postulados educacionais progressistas defendem uma postura educacional construída a partir do respeito às diversidades considerando as particularidades dos sujeitos e as diversidades que englobam sua existência nos espaços de vivência e convivência. Partindo dessa premissa, o uso da cidade e seus muros grafitados como espaços de vivência, resistência, militância tornam-se eficientes na aproximação entre os sujeitos e a construção do conhecimento sobre as questões que fomentam a violência de gênero.

Sendo o graffiti um estilo artístico feito para e na cidade como uma forma de manifestação em espaços públicos de movimentos sociais de resistência à dominação estabelecida sobre determinados grupos, podemos defini-lo na sua origem, de acordo Macêdo (2015), como um ‘rabisco’, ‘ranhura’. Ainda segundo a autora, alguns pesquisadores apontam a pré-história como o início dessa forma de expressão, fato que enfatiza que o interesse por esses registros não é recente.

Seu aparecimento na América teve início nos Estados Unidos, especificamente nas cidades de Nova Iorque e Filadélfia. Segundo Macêdo (2015, p. 103), os “[...] escritores urbanos pintavam nomes, sobrenomes, pseudônimos ou nomes de ruas nos muros e estações de metrô com o objetivo de registrar sua existência no tempo e no espaço”. O graffiti está ligado diretamente a vários movimentos sociais e a grupos de militância como forma de expressar, entre outras preocupações, toda a opressão que a humanidade vive, principalmente dentro dos grupos marginalizados pela cultura econômica capitalista, refletindo a realidade das ruas da cidade. As primeiras ocorrências do graffiti no Brasil foram registradas em São Paulo na metade da década de 70. No início dos anos 80, o graffiti brasileiro buscou contornos artísticos que dialogavam com a realidade opressora das cidades.

Observamos que são variados os temas abordados nos graffiti, como violência urbana, racismo, movimentos culturais ligados às artes como música e pinturas, exploração do trabalho, marginalização social, fome, endemias urbanas e identidade de gênero com foco nas práticas de violência contra a mulher, opressão imposta por padrões de beleza e sobre a valorização da identidade corpórea e existencial do feminino.

Figura 11 – Intervenção artista produzida pelo projeto Casa Benedita, Morro do Benedito/Vitória-ES



Foto: Michele Medina, 2017.

Um exemplo bem sucedido do uso do graffiti como mediação para combater violências contra o feminino é o Projeto Casa Benedita, uma ocupação feminina no bairro São Benedito, Vitória/ES. O projeto incentiva a arte e a construção de um espaço de trocas e afetividades entre mulheres. O público principal são mães adolescentes que tiveram de abandonar a escola devido a gestação. Por meio da linguagem graffiti, as participantes da proposta são incentivadas a se aceitarem e a empoderarem-se de seus corpos, rompendo com os estigmas ligados aos abandono, negligência e exploração sexual.

O uso do graffiti para os estudos sobre a violência de gênero pode permitir aproximações entre diferentes concepções sobre o assunto e os sujeitos pertencentes ao processo educativo, visto que a construção do conhecimento pode partir de um diálogo com as demandas inerentes às vivências dos educandos. Sabemos que conversas sobre educação de gênero, por sua constante negação, permanecem no limbo das práticas educacionais, sociais e humanas.

Nesse sentido, pensar em ações que podem mediar essas falas torna-se muito importante, pois a violência permeia todos os setores da vida social e privada das vítimas. Sendo o Espírito Santo, um dos estados mais violentos do Brasil, conforme apresentado no capítulo I, apropriar-se de vozes e linguagens capazes de tornar palpável a discussão da problemática mostra-se, em grande medida, eficiente tanto no processo de aprendizagem quanto na transformação social.

A graffiteira Kika, partindo da premissa de trazer para a cena urbana e para a discussão cotidiana a violência contra mulher no ES, realizou um projeto, no ano de 2013, intitulado “Prazer, eu sou o Espírito Santo”. O projeto da artista consistiu na criação de uma gravura que apresenta os dois aspectos cruciais na violência contra mulher que seriam a violação gratuita do corpo feminino e a invisibilização por meio do silenciamento da vítima. A intervenção proposta ocorreu por meio da distribuição de lambe-lambe, contendo a gravura, pelos muros do Centro de Vitória/ES, em locais de grande circulação, conforme imagens a seguir.

Figura 12 – Imagens do Projeto “Prazer eu sou o ES” de autoria da graffiteira Kika. Lambes fixados em várias ruas do Centro de Vitória/ES. 2013.





Fotos: Kika Carvalho, 2013. Disponível em: <https://br.pinterest.com/kikatwo/> .

Consideramos que a pesquisa e posterior discussão, de pensar as potencialidades da arte urbana com o intuito de gerar conhecimento dentro do campo das identidades de gênero colaboraria para a diminuição da marginalidade social, da violência contra mulher e pessoas LGBTTS, bem como para possíveis ampliações e aplicações de políticas afirmativas no espaço escolar.

No Espírito Santo, o graffiti entra em cena no início da década de 90. Conforme afirma Macêdo (2015), os graffitis na Grande Vitória, em sua fase inicial, estiveram ligados a ocorrência do movimento Hip Hop.

Figura 13 - Símbolo do Feminismo Negro. Artista desconhecido. Escadaria da Piedade, Centro de Vitória/ES.



O movimento feminista possui várias vertentes. Uma delas expõe a luta das mulheres negras. Historicamente a figura da mulher negra é representada como serviçal, como aquela que pode ser explorada porque é forte e desprovida de emoções. A ideia é discutir os direitos desse grupo, com por exemplo, o direito às cotas, e à permanência nas instituições de ensino superior, à saúde pública e à humanização dos partos. Outra pauta é a representação dos negros na mídia, de modo a denunciar programas de TV, filmes entre outros que apresentem conotações racistas.

Esse graffiti revela a afirmação desta discussão. Por meio da imagem de seios femininos e da utilização do símbolo da luta das mulheres negras, formado por mão de punho fechado, acrescida do símbolo do sexo feminino, essa imagem revela a relevância e a urgência de discutirmos esse assunto.

Foto: Michele Medina, 2017.

A partir de 2003, esclarece Macêdo (2015), a realização de eventos e oficinas de graffiti foi um fator importante para que o discurso de transformação social encontrado nessas produções pudesse ser observado na interação entre a linguagem artística e o contexto social. Tais eventos eram divulgados em fanzines, destinados aos interessados pela cultura Hip Hop.

O discurso encontrado no início do graffiti e seus desdobramentos no presente mantém a preocupação com as diferenças sociais e culturais entre centro e periferia. Graffiti é um discurso que interage com a cidade, absorvendo dela formas de resistência. Nesse contexto, a atuação de mulheres no movimento é um modo de contribuir e divulgar discussões que não eram muito realizadas no cenário do graffiti capixaba e até mesmo brasileiro. Desse modo, percebemos que a inserção das pautas e das discussões de artistas que problematizam temas de gênero, em especial a violência contra mulheres, constitui-se como um potente espaço de discussão que pode estimular a transformação de concepções hegemônicas preconceituosas.

Figura 14 - Mural do DasMina localizado no Terminal de São Torquatro/ Vila Velha-ES. Kika, 2012



Foto: Acervo da autora, 2018.

Este graffiti foi elaborado por uma das integrantes do Coletivo DasMina, a grafiteira Kika. Ela estudou Artes Visuais na Ufes e atua como professora de arte em Ongs e Projetos Sociais.

A imagem apresenta uma representação do feminino como essência e não apenas corpo ou lugar de consumo e mercadoria.

A mulher apresentada no graffiti tem cabelos longos e coloridos, formados por figuras geométricas organizadas de modo despretensioso. O rosto alvo dá destaque para olhos fechados e para uma boca pequena e delicada. A personagem aparenta estar pensativa. O que será que ela está pensando?

Macêdo (2016), observa a atuação frequente de movimentos feministas contemporâneos no graffiti, encontrando nessa linguagem um espaço de expressão e divulgação de seus valores. Temos atualmente, na Grande Vitória, a participação de coletivos compostos exclusivamente por mulheres, como o Coletivo DasMina e o FEME, que pautam suas produções em questões de gênero como violência contra mulher, feminicídio, violência sexual contra crianças e adolescentes, acesso a saúde e políticas de inclusão e combate ao machismo.

O graffiti da cidade de Vitória é fruto da interação entre os artistas e a demandas da cidade, denunciando, alertando e embelezando o espaço citadino com outras vozes e bandeiras que são silenciadas pelas classes dominantes. As mulheres sem rosto, marginalizadas pelo binarismo, cujos os corpos são violados e mutilados, por quem recaem todo preço da maternidade, são pontos de discussão que consideramos ser importantes de abordamos, por meio das imagens de diversos graffiti produzidos em Vitória. A participação das mulheres e a existência de coletivos, exclusivamente femininos, fomentam discursos e um cenário latente para a emancipação e para a discussão sobre questões de gênero e identidade.

No campo específico dos coletivos de graffiti que denunciam problemas sociais demandados pelas relações de gênero temos o Coletivo “DasMina” que nasceu em 2012. É um grupo que reúne meninas muralistas, grafiteiras e envolvidas em alguma linguagem da arte urbana. O Coletivo atua na região da Grande Vitória-ES, com intervenções urbanas e busca realizar encontros, oficinas, eventos, ações nas ruas e, também, atividades que relacionem o espaço urbano à temática feminina. Este coletivo acredita na capacidade do graffiti de problematizar e incitar o diálogo entre pessoas e o espaço urbano possibilitando discussões e o conhecimento artístico.

Figura 15 - Amor: Intervenção do coletivo DasMina – Terminal de São Torquatro/Vila Velha-ES



A figura feminina apresentada nesse graffiti destaca-se pelos expressivos olhos envoltos por uma tarja vermelha.

Uma grande lágrima vermelha escorre do olho esquerdo, revelando o sofrimento da figura retratada. A palavra em destaque “Amor” entra em diálogo com a imagem estimulando o observador a relacionar o amor com o sofrimento.

Sabemos que a maioria dos casos de violência contra mulheres ocorrem em seus próprios lares e são efetuados por seus companheiros.

Como iniciativa pioneira na criação de espaços para mulheres na cena do graffiti, o FEME é um evento que reuniu grafiteiras do Espírito Santo e do Brasil, oriundo do Coletivo DasMina. Começou como um festival e hoje é um grupo de arte-educadoras que fazem uso da linguagem do graffiti nas escolas do Espírito Santo com a proposta de democratizar a linguagem da arte como forma de luta social. O intuito dos grafites produzidos por esse coletivo é gerar representatividade para as lutas do movimento feminista e na promoção de mudanças sociais.

Segundo Kika, grafiteira capixaba, o FEME é um espaço onde as artistas podem interagir, trocar experiências e se ajudarem durante o processo de produção, já que o risco de assédio por parte de alguns homens é muito grande quando elas estão nas ruas fazendo suas produções. Já para Amanda, outra integrante do grupo, o festival é uma forma de impor espaços para a presença feminina na cena urbana capixaba, apresentar novas referências artísticas e deixar a voz as mulheres serem apresentadas como discursos potentes e necessários.⁸ Nay47, integrante do coletivo DasMina, acredita no poder da arte urbana no combate à violência contra mulheres lésbicas e aposta na visibilidade para casais LGBT*TS.

Nesta perspectiva, destacamos a necessidade de que os envolvidos no processo formativo escolar repensem a forma de produzir o conhecimento nas instituições de ensino. Tais profissionais necessitam pautar-se em concepções pedagógicas que busquem a transformação da realidade social como maneira de contribuir para uma educação que busque a construção de uma sociedade igualitária em todos os níveis das relações humanas.

⁸ Depoimentos disponíveis na série Fagulha. Página do Assédio Coletivo e em canal homônimo no youtube.

#Sugestão de atividade 1

Diante do exposto, uma possibilidade de atividade a ser desenvolvida com os alunos seria uma oficina de graffiti. A partir das discussões sobre violência de gênero por meio das imagens contidas neste material educativo o graffiti, os alunos poderiam realizar produções para serem grafitadas em um dos muros da escola.

Cada professor sabe, dentro de suas condições objetivas, como desenvolver atividades educativas. No entanto, esboçamos aqui algumas sugestões que podem auxiliá-lo durante a atividade.

- 1) Conversar com os alunos sobre suas potencialidades e a organização da produção do painel, planejando quem desenha, amplia, pinta ou auxilia na limpeza e fornecimento de água. Isso ajuda a integrar todos os alunos na atividade sem menosprezar seus potenciais.
- 2) Produzir as versões para o muro em papel A4 para que o grupo possa visualizar o mural antes da ação na parede.
- 3) Escolher o local da intervenção e pensar previamente sobre as medidas para orçar o custo dos materiais para produção.
- 4) No dia agendado, para ação flexibilizar as tarefas todos precisam executar o que foi planejado.
- 5) Caso exista a possibilidade, convidar alguém que já tenha familiaridade com a técnica do graffiti para auxiliar na oficina.

#Sugestão de atividade 2

Outra sugestão que poderia ser realizada a partir das discussões, é uma mostra artística. Os alunos poderiam se dividir em grupos por eixos de afinidade artística (escrita, desenho, fotografia, fanzines etc). Após essa organização, os grupos organizam, em um espaço da escola, uma exposição dos trabalhos produzidos para que outras pessoas, como comunidade em geral, pais e responsáveis possam conhecer as discussões e as produções realizadas pelos educandos.

CAPÍTULO V

Lugar de mulher é onde ela quiser! Machismo e exclusão do feminino nos coletivos de graffiti do ES.

Mulher, no topo da estatística 32
Anos, uma pobre vítima
Vivendo num sistema machista e patriarcal Onde se
espancar uma mulher é natural

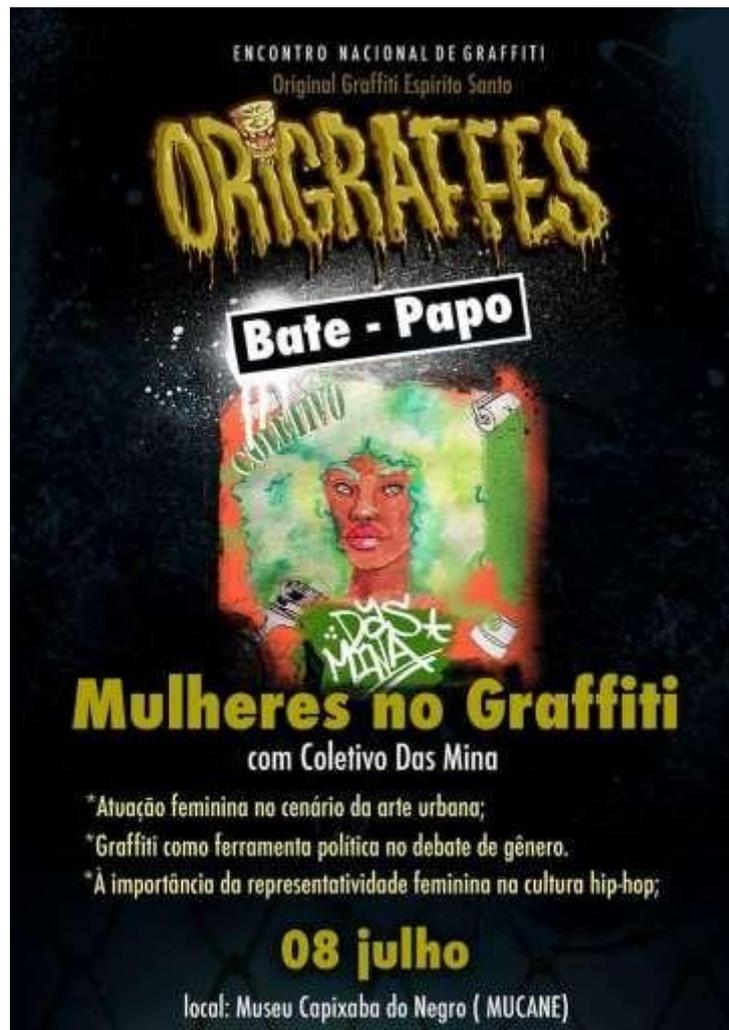
Luana Hansen, 'Flor de Mulher'

Sendo o graffiti uma manifestação artística muito importante, assim como uma produção acessível, visto que é uma forma de arte que se materializa e expõe pelos muros da cidade, pensar as questões que se misturam com essas produções torna-se fundamental para acessar questões relativas às violações de gênero sofridas pelas “minas”, durante sua atuação em coletivos e em “roles” de pixo pela cidade. Pensar em problemáticas como machismo e racismo na cena graffiti é paradoxal, visto que por tratar-se de uma manifestação democrática, o graffiti aborda temas aliados às questões políticas e sociais, além de ser uma manifestação que busca conferir voz aos silenciados pela cultura hegemônica. No entanto, infelizmente isso existe.

Sabemos que no Brasil, a arte consolida-se como uma vertente cada mais vez ampla, ganhando espaço e voz, levando a um crescimento cada vez mais significativo. A produção de arte de rua por mulheres, em um espaço predominantemente masculino, tem crescido e ganhado espaço. A atuação significativa das mulheres desafiam os preconceitos, violências e estigmas sociais para colocarem suas ideias nos muros.

Em conversa com as integrantes do coletivo capixaba DasMinas, durante o evento Origraffes (figura 16), ocorrido no ano de 2017, na programação dedicada à participação feminina no graffiti, tivemos a oportunidade de vislumbrar as dificuldades e perigos sofridos pelas “manas” durante a execução de projetos e intervenções urbanas. Foi perceptível, na construção do evento, que a cena do graffiti capixaba é extremamente sexista, privilegiando o trabalho de homens em detrimento do feminino.

Figura 16 - Cartaz de divulgação do evento Origraffes



Fonte: página do evento no facebook, 2017. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/origraffes/>

Outra questão a ser tocada sobre o assunto, envolve a violência física e psicológica que as graffiteiras sofrem dentro dos coletivos mistos, ou mesmo quando se reúnem em coletivos exclusivamente femininos, pois elas ficam expostas à riscos e ao assédio por parte dos homens.

Para exemplificar essa situação, podemos citar a fala de uma artista, cujo o nome será preservado, quando relatou que após algumas intervenções realizadas no centro de Vitória/ES, recebeu vários telefonemas com cunho ameaçador, questionando o peso político de seu trabalho, além de sofrer constantemente com homofobia e humilhações devido a sua condição sexual.

Outra situação recente, envolvendo exclusão do trabalho de artistas urbanas, foi a produção do mural sobre feminicídio, localizado no viaduto de Jardim Camburi – Vitória/ES que durante sua produção negou e invisibilizou a atuação feminista ao convidar apenas graffiteiros homens para sua produção, gerando uma polêmica que incluía a negação da violência brutal sofrida pelas duas meninas (Araceli e Fabiane Isadora), chegando ao absurdo de romantizar a violência sofrida por meio de recursos estéticos que remetiam à infância (figura 17).

Figura 17 - Graffiti Jardim de Araceli



Foto: Priscila Chisté. Acervo pessoal, 2017.

E mesmo quando as artistas são supostamente aceitas pelos *crews*, fica claro que devem adotar um padrão de comportamento que deve ser seguido a risca pelas “minas” para que não sofram discriminação aberta. A adoção de padrões classificatórios é uma problemática que envolve toda a gama de espaços para o feminino no contexto social e essa adoção de padrões desdobra-se em espaços que originalmente deveriam ser democráticos e inclusivos.

O que percebemos é que, mesmo dentro de uma cena onde o eixo dorsal é a rebeldia, a voz do oprimido e do que é marginal oprime e abusa de seus integrantes reproduzindo, dentro de seus coletivos, as mesmas violências sofridas por mulheres em outros espaços da sociedade.

A pesquisadora Tuani Guimarães de Ávila Augusto, inseriu-se na cena graffiti capixaba para realizar um estudo sobre a consolidação da cena da pixação em Vitória. Durante a realização de sua pesquisa, a estudante em nível de mestrado, na Universidade de São Paulo, vivenciou vários momentos de opressão e exclusão. Ao tornar-se graffiteira, Tuani pode perceber que as mulheres do graffiti estão tão expostas nos *crews* quanto em seu dia-a-dia. Tendo passado por situações de assédio, ela teve que se esconder por de trás de uma personagem, na busca por aceitação e respeito. Embora, o foco de sua pesquisa não fosse a questão dos abusos sofridos pelas artistas que atuam na cena graffiti, ao longo de sua investigação Tuani, ao inserir-se neste contexto, tornou-se uma vítima de violências que são imputadas ao feminino, conforme demonstrado na imagem que segue.

Figura 18 - Pixo machista sobre a pesquisadora Tuani Guimarães de Ávila Augusto



Fonte: AUGUSTO, 2018, p. 119.

Percebemos que mediante a tantas situações abusivas e a violência a que as artistas estão expostas, a formação dos coletivos de mulheres é fundamental para as graffiteiras, pois eles possibilitam a junções de objetivos em comum, sendo um deles a autopreservação. As mulheres, as artistas, são figuras importantes na construção social do pensamento coletivo. E portanto, precisam de lutar pelo protagonismo em espaços de difícil inclusão. Cabe destacar que o protagonismo feminino, o reconhecimento da existência de corpos negros e do gênero feminino binário e não binário estão presentes na história desde sempre. A reunião coletiva de mulheres em espaços como o da arte urbana é uma ponte para a tomada de consciência social dos reais problemas que permeiam a essência do feminino e como a sociedade é apática perante as mais diversas situações sociais de disseminação da violência. A mulher é parte integrante da cidade, mas muitas vezes não se reconhece e não se sente representada. Ser graffiteira no ES exige coragem extra, mas mesmo diante de todos os perigos aos quais estão expostas, as artistas dos coletivos de mulheres do ES como o DasMina e o FEME, concedem voz e praticam a sororidade às milhares de vítimas da violência contra mulher por meio da arte graffiti. Lutar por seu espaço é uma forma de reafirmação da cidadania, direito básico que muitas vezes é negado às mulheres por meio dos mecanismos de exclusão social.

#Sugestão de atividade

Que tal propor aos alunos a criação de uma rede social para divulgar vídeos, entrevistas, textos autorais, fotos e quaisquer outras mídias e produções artísticas que ele tenha acesso dentro e fora da escola, com o intuito de dar protagonismos para mulheres em espaços de predominância masculina? Outra atividade, que talvez lhe agrade seja propor uma reflexão sobre os locais ocupados por “meninas” e “meninos” dentro da hierarquia escolar. Após a reflexão, fique à vontade para propor uma atividade que se enquadre melhor a sua realidade, ela pode ser escrita, oral ou videogravada.

#Fica a dica

Muitos alunos respondem melhor a autoridade de um professor do gênero masculino, do que a autoridade das professoras. Que tal pensar com eles os locais de poder e os processos de invisibilização do feminino ao longo da história do Brasil? Se quiser ousar, a História Grega Clássica seria uma boa pedida. Fica a sugestão de um vídeo para pensar sobre o assunto: <https://www.youtube.com/watch?v=WILGCB8K1>

CAPÍTULO VI

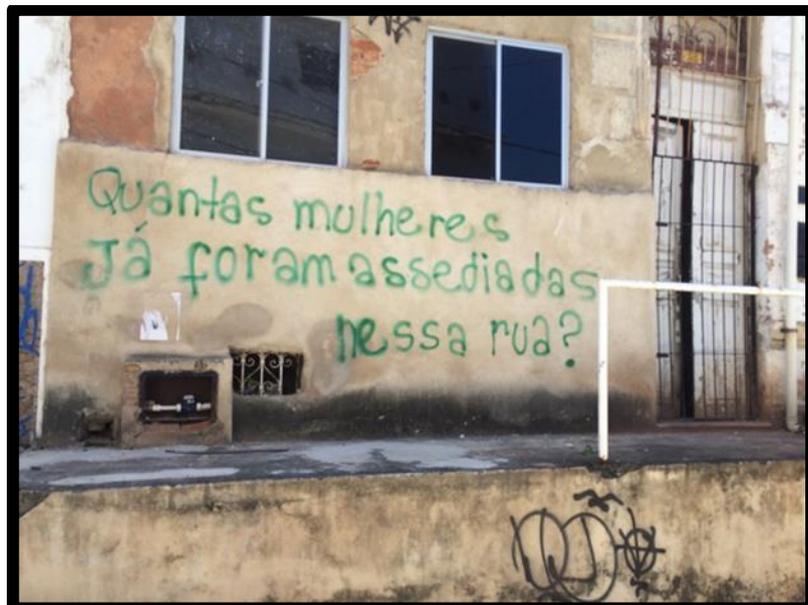
Muros e Reflexos! Roteiro pelos graffitis que discutem a violência contra mulheres no Centro de Vitória/ES

Este capítulo apresenta uma sugestão de visita mediada ao Centro de Vitória/ES com vistas a problematizar e entender os graffitis presentes nos muros da capital. A ideia é compreender suas denúncias e pensar estes trabalhos como reflexos da sociedade patriarcal, gritos e muitas vezes sussurros do feminino espalhados pela cidade.

Muitas vezes, a dinâmica urbana contada pelo tic-tac constante de nossos relógios, rotinas e afazeres nos obrigam a passar pela cidade, sem nem se quer nos darmos conta de todas as vozes que ecoam de seus espaços. Os espaços marginais, muitas vezes são silenciados pelas buzinas insistentes do tráfego constante de veículos. Quando nos permitimos olhar a cidade, podemos então perceber que ela se comunica conosco. Ela é produto do trabalho humano no tempo que nos transforma em quem somos. Na mesma medida em que transformamos a cidade ela também faz parte de nós.

A violência contra as mulheres se materializa nas relações complexas da cidade, ela se configura nos becos e vielas escuras propícias ao assédio. Se manifesta nos pontos de prostituição nas casas da periferia, com sua maioria populacional negra. Ou no apartamento luxuoso de frente para o mar de uma médica branca, rica e heterossexual. Na cidade, encontramos espaços de opressão e violência, de invisibilização e de dor. Mas também reagimos. Nos muros da cidade moldada de forma desigual pelo grande capital revela-se a luta de classes. Emergem as vozes oprimidas e negligenciadas por profundas e enraizadas relações de poder.

Figura 19 - Tag no centro da cidade de Vitória



Fonte: Acervo de Priscila Chisté, 2017.

Figura 21 – Artista A.18 - Amanda. Graffiti presente no trecho da Praça Costa Pereira e da Rua Sete de Setembro, próximo



ao Bar da Nair

Foto: acervo da autora, 2017.

Figura 22 - Artista Giovana Giacomini. Tag espalhada pelo centro da Cidade. Localização, Rua Sete de Setembro – Bar da Nair

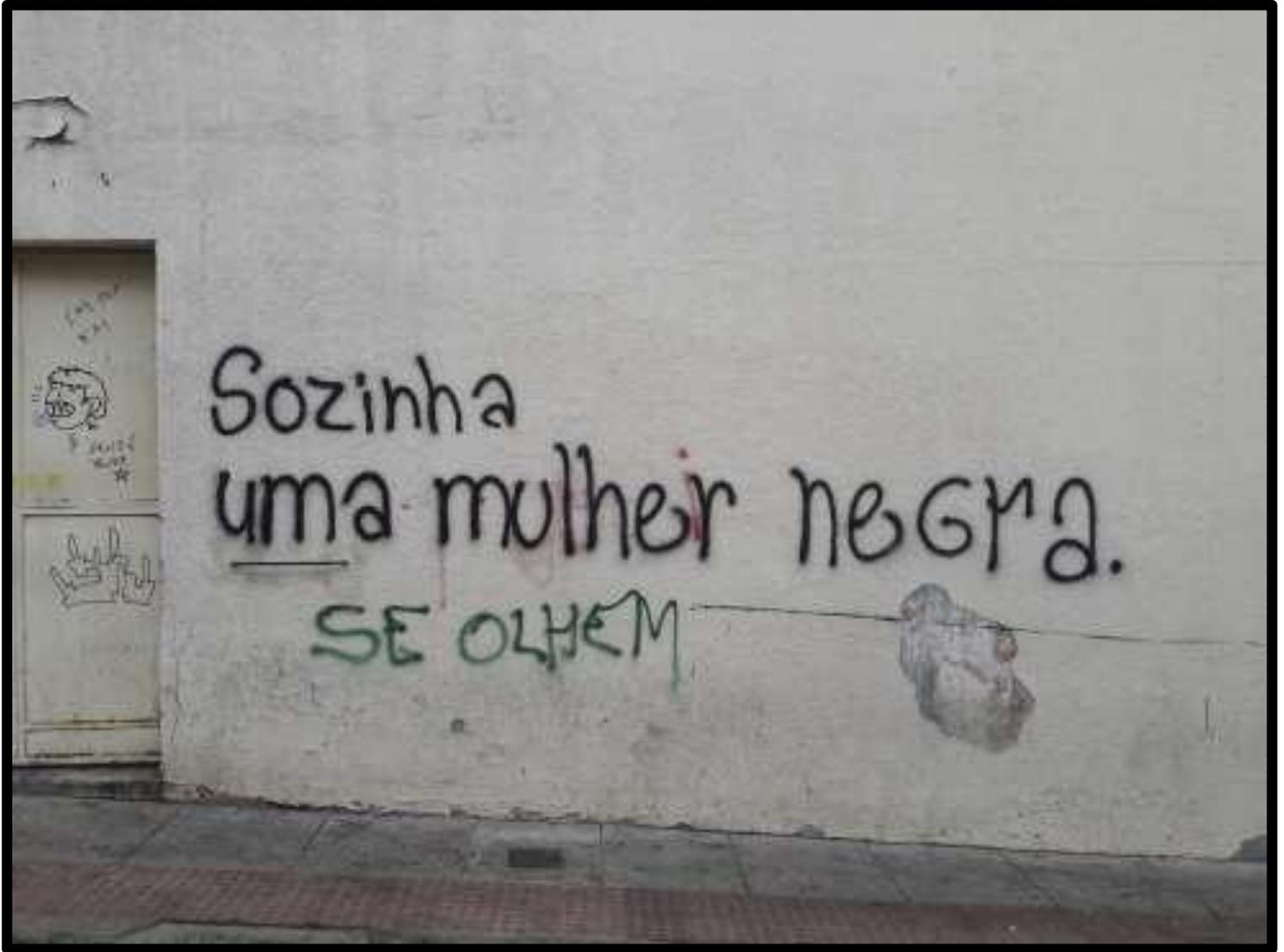


Foto: Acervo da autora, 2017.

Figura 23 – Artista desconhecida. Escadaria da Piedade, Centro de Vitória



Fotos: Acervo da autora, 2017.

Figura 24 - Artista desconhecida. Escadaria da Piedade, Centro de Vitória



Fotos: Acervo da autora, 2017.

Figuras 25 e 26 - Tag na Rua do Rosário - Centro/ Vitória ES



Fotos: acervo da autora, 2017.

Figura 27 – Tag na praça próxima à Rua Gama Rosa



Fotos: acervo da autora, 2017.

Figura 28 – Tag na escadaria próxima ao Palácio Anchieta



CAPÍTULO VII

Lute Como uma Mulher!

Aspectos conclusivos

Eu vou lutar, por
todos aqueles que não podem
lutar por eles mesmos.

Mulher Maravilha.

Este material foi uma produção colaborativa entre os docentes da escola Emílio Oscar Hulle, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e o Mestrado em Ensino de Humanidades do Ifes. Ele é o produto educacional que compõe a dissertação de Jéssica Spadeto intitulada “Muros que educam: violência contra as mulheres e graffiti na cidade de Vitória”.

Seu propósito foi apresentar as possibilidades de discussões sobre identidade de gênero feminino, em especial os debates sobre violência contra mulher, que podem ser mediados a partir dos grafittis presentes nos muros da grande Vitória/ES. Ao longo de sua elaboração pudemos perceber que a educação de gênero é um tabu dentro do sistema educacional brasileiro. E, portanto, tivemos a oportunidade de constatar que o problema em relação à inserção de estudos de gênero nos currículos escolares está além das questões estruturais da escola. A pesquisa, da qual decorre este material, constatou que a educação de gênero está diretamente ligada com preconceitos, violência e problemáticas sociais que justificam as relações de dominação de uma identidade sobre a outra.

Ao nos debruçarmos sobre a categoria do feminino, especificamente às discussões sobre a violência contra a mulher, tivemos a possibilidade de reconhecermos que esse problema não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. Os indicativos de violências contra o feminino no Brasil, em específico no Espírito Santo, são alarmantes, configurando-se como uma endemia social. Portanto, é urgente que os locais de privilégio, como a escola por exemplo, se posicionem de forma combativa à violência de gênero. No entanto, abordar a temática pode ser sensível, ao ponto de ferir as subjetividades individuais e muitos padrões de condutas e normativas morais dos sujeitos que se envolvem neste processo. Assim, é necessária uma mediação potente que permita o diálogo e práticas educativas combativas.

Observamos que são variados os temas abordados nos grafittis, como a violência urbana, racismo, movimentos culturais ligados às artes como música e pinturas, exploração do trabalho, marginalização social, fome, endemias urbanas e identidade de gênero com foco nas práticas de violência contra a mulher, opressão imposta por padrões de beleza e sobre a valorização da identidade corpórea e existencial do feminino. Passamos a entendê-los como uma possibilidade de aproximação real e palpável entre as concepções de gênero e os sujeitos pertencentes ao processo educativo, visto que a apropriação do conhecimento pode partir do diálogo que estimula o reconhecimento de uma problemática social e cultural, que pode ser mediada para conduzir a possíveis estratégias de transformação da realidade social.

Diante das contribuições que o graffiti pode oferecer ao campo da educação e, em especial, às discussões sobre identidade de gênero na escola, nosso trabalho ancorou-se na premissa de construção de um novo olhar sobre o outro, problematizando questões sociais de suma importância, muitas desencadeadoras de práticas violentas que promovem a naturalização da marginalidade de todas as identidades que não se encaixam em um padrão de normalidade, gerando o desrespeito à subjetividade e ao direito ao seu próprio corpo como reflexo da identidade.

Assim, ao levar a discussão mediada pela arte para a escola, por meio de ações e projetos teremos a chance de promover novas análises das relações sociais, históricas e dialéticas que se estabelecem no contexto educativo, para entender os mecanismos de opressão que condicionam cada gênero ou que contribuem para a negação da existência de gêneros, visando realizar discussões para além da definição biológica que compreende os órgãos sexuais de nascimento da criança como definidores de sua identidade de gênero.

E como a escola, de modo geral, produz e reproduz violências simbólicas e discursos dominantes, tanto inerentes à construção das práticas sociais cidadinas quanto na materialidade da cultura local, propomos aqui, colocar a realidade material dos educandos em diálogo com a arte, por meio da realização de intervenções nos muros (material e metaforicamente) da escola, de forma que todos os membros da comunidade possam ter acesso e, a partir desse ponto, gerar transformações como a abertura de um espaço de diálogo que possa reverberar no campo do social, além de despertar o interesse de docentes e gestores sobre a temática.

Acreditamos no poder transformador da educação e entendemos que o combate à violência de gênero é nossa obrigação social e um dever na busca por proteger, empoderar e até mesmo salvar muitas meninas e mulheres dos abusos aos quais somos constantemente expostas.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Tuani. **Graffiti**: um estudo da consolidação da cena da pixação em Vitória. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; VALENCIA, Samira Bueno Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G. e SANTOS LIMA, Adriana dos. **Atlas da Violência no Brasil 2017**. Rio de Janeiro: IPEA. 2017.
- LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.) **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. (3ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- KAPLÚN, Gabriel. **Material Educativo**: a experiência de aprendizado. Revista Comunicação&Educação, São Paulo, (27), p. 46-60, maio/ago. 2003.
- KAPLÚN, G. (2002) “**Contenidos, itinerarios y juegos. Tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos**”. VI Congreso de ALAIC, Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Santa Cruz de la Sierra. Bolivia.
- KAPLÚN, G. (2002). **Producción de materiales educativos: ¿educadores, comunicadores o poetas?**” en Revista Intersecciones en Comunicación. n.2 Olavarría ene./dic. 2002. Disponible OnLine en:
http://www.soc.unicen.edu.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=408%3Aarticulo-aplun&catid=48%3Arevista-intersecciones-en-comunicacion&Itemid=102
- LACERA, Isadora Almeida e VIDAL, Adriana. **O conceito de violência contra a mulher no direito brasileiro**. http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Isadora%20Almeida%20Lacerda.pdf
- LEITE, Antonio Eleilson. **Graffiti em SP**: tendências contemporâneas. São Paulo: Aeroplano. 2013.
- LIMA, C. M. A. **A opressão contra a mulher e a educação**: uma análise classista do discurso do capital. 29/05/2013 93 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho.
- LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LOPES, Almerinda da Silva. **Artes Plásticas no Espírito Santo**. (1940/1969). Produção, intuições, ensino e crítica. Vitória:EDUFES, 2012.
- MACÊDO, Erika Sabino de. **Pelos muros da cidade**: uma leitura de imagem do *Graffiti* de Vitória. Vitória: UFES. 2016.

MACÊDO, Érika Sabino de. **Leitura de imagem, dialogismo e graffiti : contribuições para o ensino da arte** / Érika Sabino de Macêdo. – 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9488_TESE%20p%20IMPRESS%C3O20160317-181818.pdf

NADER, Maria Beatriz. **A vida em desunião: violência, gênero e denúncia**. UFES/ES: 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. 2016.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. **A atividade pedagógica na educação física a proposição dos objetos de ensino e o desenvolvimento das atividades da cultura corporal**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Doutorado em Educação. 2014.

SANTANA, Vagner Caminhas e BENEVENTO, Claudia Toffano. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. UFF/RJ: efdeportes, 2013.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10º. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Escola e Democracia**. 39º Ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 9º. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Renata Alves da. **As relações de poder e a violência contra a mulher: na saúde e na doença, na alegria e na tristeza**. UFES/ES: 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. 2016.

SITES

Conceito. de. O conceito de Gênero, Disponível em: <https://conceito.de/genero>

Dossiê da Violência contra Mulher. Agência Patrícia Galvão. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/fontes/>

FOLHA VITÓRIA. Violência contra a mulher aumenta no ES: 23 mortes em 7 meses. Disponível em: <http://novo.folhavoria.com.br/policia/noticia/2017/08/violencia-contra-a-mulher-aumenta-no-es--23-mortes-em-7-meses>

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES LÉSBICAS, BIS E TRANS. Agência Patrícia Galvão. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>